Ano 11 | **Número 110** | Setembro de 2014

Empresa Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Sistema que garante maior facilidade na abertura e no fechamento de empresas entra em operação no fim deste ano

CACB PRETENDE CAPACITAR EMPRESÁRIOS PARA TORNAR O MERCADO MAIS COMPETITIVO

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

DIRETORIA DA CACB
TRIÊNIO 2013/2015

PRESIDENTE INTERINO
Rogério Pinto Coelho Amato (SP)

VICE-PRESIDENTES
Antônio Freire (MS)
Djalma Farias Cintra Junior (PE)
Jésus Mendes Costa (RJ)
Jonas Alves de Souza (MT)
José Sobrinho Barros (DF)
Rainer Zielasko (PR)
Reginaldo Ferreira (PA)
Sérgio Roberto de Medeiros Freire (RN)
Wander Luis Silva (MG)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DE COMUNICAÇÃO
Alexandre Santana Porto (SE)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS
Pedro José Ferreira (TO)

DIRETOR–SECRETÁRIO
Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR–FINANCEIRO
George Teixeira Pinheiro (AC)

CONSELHO FISCAL TITULARES
Jadir Correa da Costa (RR)
Ubiratan da Silva Lopes (GO)
Valdemar Pinheiro (AM)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Alaor Francisco Tissot (SC)
Itamar Manso Maciel (RN)
Kennedy Davison Pinaud Calheiros (AL)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA
Avani Slomp Rodrigues (PR)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO
Rodrigo Paolilo

GERENTE ADMINSTRATIVO/FINANCEIRO
César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDER
Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR CBMAE/INTEGRA
Valério Souza de Figueiredo

COORDENADOR DO PROGERECS
Luiz Antônio Bortolin

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes
Cyntia Menezes
Marcelo Melo

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
61 3224-0034
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: George Teixeira Pinheiro
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA
Presidente: Nonato Altair Marques Pereira
Rua General Rondon, 1385 Bairro: Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-182

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Rua Guilherme Moreira, 281
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.005-300

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9° andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC
Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Francisco de Assis Silva
SAI Quadra 5C, Lote 32, sala 101
Cidade: Brasília CEP: 71200-055

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Rua Henrique Rosetti, 140 - Bairro Bento Ferreira
Vitória ES - CEP 29.050-700

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco- São Luís- Maranhão
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Antônio Freire
Rua Quinze de Novembro, 390
Bairro: Centro Cidade: Campo Grande CEP: 79.002-917

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini
Avenida Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-002

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará – FACIAPA
Presidente: Olavo Rogério Bastos das Neves
Avenida Presidente Vargas, 158 - 5º andar
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP
Presidente: Rainer Zielasko
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jussara Pereira Barbosa
Rua do Bom Jesus, 215 – 1º andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP
Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua do Ouvidor, 63, 6º andar - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.040-030

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Ricardo Russowsky
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanatto
Rua Dom Pedro II, 637 – Bairro: Caiari
Cidade: Porto Velho CEP: 76.801-151

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Presidente: Ernesto João Reck
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP
Presidente: Rogério Pinto Coelho Amato
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASE
Presidente: Alexandre Santana Porto
Rua Jose do Prado Franco, 557 Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Pedro José Ferreira
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Uma boa notícia

É sempre constrangedor ficar sabendo por meio de pesquisas internacionais que o nosso país teima em ficar entre os mais atrasados, quando se trata de verificar indicadores importantes relacionados com a questão social ou a economia. Esse constrangimento é maior quando percebemos, depois de anos, que, em alguns itens específicos, pouco ou nada se avançou. Um exemplo disso é o resultado do *Doing Business* 2014, elaborado pelo Banco Mundial, com dados de 189 países.

No relatório deste ano, o Brasil ocupa o 116° lugar, ou seja, está entre os piores países do mundo para fazer negócios. A abertura de empresas, por exemplo, em que nos encontramos no 123° lugar (menos dois em relação ao ano anterior), exige os mesmos 13 procedimentos registrados em 2011. Na média da América Latina e o Caribe são necessários nove, e no âmbito da OCDE, apenas cinco procedimentos. Apenas o tempo foi reduzido de 119 dias para 107,5 dias, contra 36,1 dias da média da América Latina e do Caribe, e 11,1 nos países da OCDE.

Diante desse quadro exposto acima, é alvissareira a notícia que traz esta edição de Empresa Brasil segundo a qual foi acelerado o processo de implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). Com a simplificação será possível reduzir o prazo de abertura de empresas para até cinco dias nos casos de baixo risco, o que representa 95% de pessoas jurídicas.

Enquanto os novos sistemas informatizados que suportarão a Redesim estão em desenvolvimento, já está sendo implantada em diversas Juntas Comerciais do país uma etapa prévia de coleta eletrônica de informações e consultas, mediante integração com as prefeituras.

Decorrente de cooperação entre o Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei), vinculado à Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, o Sebrae e a Junta Comercial de Minas Gerais foram iniciadas as operações nos estados de Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul e Paraná.

Todos nós sabemos o que significa o peso da burocracia no Brasil, que, apesar de várias tentativas nos últimos governos, teima em se manter impávida entre nós. Passadas várias décadas, em vez de continuar sendo simplificada, a burocracia brasileira só piorou.

Por tudo isso, é preciso saudar as mudanças contínuas focadas em questões específicas e encaminhadas pela via infraconstitucional. É esse o caminho que poderá nos conduzir à tão almejada reforma tributária, por meio de adaptações corretivas à medida que as imperfeições são identificadas.

Fazemos votos de que com o Redesim o Brasil possa equiparar-se o mais rapidamente possível aos países mais desenvolvidos na "Facilidade de fazer negócios" aferida pelo Banco Mundial.

Rogério Amato, Presidente interino da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

ÍNDICE

3 PALAVRA DO PRESIDENTE
É alvissareira a notícia segundo a qual foi acelerado o processo de implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

5 PELO BRASIL
Em sequência à sanção do Novo Simples, a presidente Dilma Rousseff reuniu-se com empresários em almoço no Clube do Golfe, em Brasília

8 CAPA
Ministro Afif pretende implantar a Redesim de forma imediata.

12 CASE DE SUCESSO
Núcleo de Panificadores realiza Festival Nacional de Cucas no Paraná.

14 INVESTIMENTOS
Governo tenta atrair PMEs para o mercado de ações.

16 ENERGIA
Aneel autoriza novos aumentos nas tarifas das distribuidoras, entre 20% e 30%.

17 CONJUNTURA
Brasil reduz participação no comércio mundial.

18 DESTAQUE CACB
Associações comerciais se reúnem em encontro do Capacitar.

20 PROGRAMA
Analistas técnicos do Empreender Competitivo participaram de premiação na Acij.

22 PROGERECS
Projeto da CACB incentiva qualificação de empresários.

24 CBMAE
Câmara atrai interesse pela conciliação.

26 ADMINISTRAÇÃO
Ambiente compartilhado é a nova onda dos empreendedores.

28 MEIO AMBIENTE
Brasil não consegue acabar com os lixões.

30 LIVROS
Economista Marcos Mendes lança "Por que o Brasil cresce pouco?"

31 ARTIGO
Liderança é conversa fiada, escreve Jerônimo Mendes.

Empreender SUPLEMENTO ESPECIAL
Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil

SEBRAE

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação
Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br
Projeto gráfico: Vinícius Kraskin
Diagramação: Kraskin Comunicação
Foto da capa: freshidea/fotolia.com
Revisão: Flávio Dotti Cesa
Colaboradores: Cyntia Menezes e Marcelo Melo
Execução: Editora Matita Perê Ltda.
Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br
Impressão: Arte Impressa Editora Gráfica Ltda. EPP

Federaminas abre inscrições para Congresso de ACEs

As inscrições para o XVII Congresso das Associações Comerciais de Minas Gerais estão abertas e podem ser feitas pelo site da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - Federaminas (www.federaminas.com.br). O evento ocorre de 5 a 8 de novembro no Tauá Grande Hotel e Termas de Araxá.

Durante o Congresso, também será realizada a solenidade festiva Mérito Empresarial 2014, em 7 de novembro, no teatro do Tauá em Araxá. Os homenageados escolhidos devem ser informados à Federaminas até o dia 19 de setembro.

Para informações adicionais, as federadas devem entrar em contato com a secretaria da entidade pelo telefone (31) 3078-7000 ou e-mail federaminas@federaminas.com.br.

O congresso se realiza de 5 a 8 de novembro no Tauá Grande Hotel e Termas de Araxá

Presidente Dilma almoça com representantes da CACB

Em sequência à sanção do Novo Simples, a presidente Dilma Rousseff reuniu-se com empresários em almoço no Clube do Golfe, em Brasília, no dia 7 de agosto. Os presidentes das Federações e da CACB estavam entre os convidados.

Dilma debateu a ampliação do SuperSimples, apontando que 9 milhões de micro e pequenos empreendedores individuais e micro e pequenas empresas vieram para a formalidade nos últimos anos. Com a sanção do Novo Simples, calcula-se a inclusão de 540 mil empresas.

A presidente lembrou que novas empresas formalizadas pagando impostos com alíquota reduzida e de forma simples colaboram no aumento da arrecadação. Segundo ela, é um passo importante na questão da reforma tributária. "O caminho da reforma tributária é a simplificação e o cadastro único."

AR Faciap expande pontos de atendimento para outros estados

Primeira na colocação do ranking CACB de emissão de Certificados Digitais, a Autoridade de Registro da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (AR Faciap) acaba de expandir sua rede de Pontos de Atendimento para além do Paraná. Estão sendo criados novos pontos nos estados do Pará, Piauí, Santa Catarina e São Paulo.

De acordo o gestor da AR Faciap, Paulo Henrique Batista, o sucesso é fruto de um ótimo atendimento e de um modelo de negócio único, que visa fortalecer financeiramente as Associações Comerciais. "Nossos clientes saem com seus certificados funcionando em até 30 minutos", avalia. Atualmente, a AR Faciap conta com 92 Pontos de Atendimento no país, sendo que 84 estão no Paraná. São emitidos em média 4 mil certificados por mês.

Paulo Henrique Batista: clientes recebem certificados em até 30 minutos

Faems realiza 1° Encontro Estadual e apresenta nova sede

A Federação das Associações Empresariais de Mato Grosso do Sul (Faems) realiza a primeira reunião da atual gestão, envolvendo a diretoria da entidade e presidentes das associações empresariais de todo o Estado. Trata-se do 1° Encontro Estadual Faems, que aconteceu nos dias 21 e 22 de agosto e reuniu as associações empresariais filiadas à Federação.

Entre outros assuntos da pauta provisória, ganharam destaque o início dos debates acerca do projeto de alteração no estatuto da Faems; apresentação da proposta de realização do planejamento estratégico da entidade; criação das Diretorias Regionais da Faems em MS e indicação dos seus respectivos diretores; apresentação dos projetos que serão realizados em parceria com a Fiems, o Fecomércio, a Famasul e Sebrae-MS. Na ocasião, foi apresentada a nova sede da Faems, localizada na rua Piratininga, 399, no Jardim dos Estados, em Campo Grande.

Consultores da Facisc se habilitam em gestão de eficiência energética

Consultores da Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Santa Catarina (Facisc), engenheiros e outros profissionais participaram do curso de Formação de Consultores e Gestores de Eficiência Energética, ocorrido em Florianópolis, de 11 a 15 de agosto. Promovido pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Facisc e BFZ – Centros de Treinamento e Desenvolvimento Profissional das Associações da Baviera, o treinamento capacitou os participantes, habilitando-os a orientar empresas sobre medidas e sistemas de eficiência energética, contribuindo para a melhoria do desempenho na gestão.

O treinamento foi ministrado pelo engenheiro ambiental alemão Martin Strähle. De acordo com o palestrante, o sucesso da consultoria de eficiência energética depende de um bom conhecimento técnico, econômico e da competência do consultor de cooperar com a gerência e os funcionários da empresa. "O desafio para o consultor é de não somente identificar soluções para economizar energia, mas de explicar os benefícios e guiar a empresa para a implementação", destacou.

Consultores da Fascisc no curso de formação em eficiência energética

Empresários doam móveis para entidade beneficente

O Núcleo Setorial Empresarial do Mobiliário de Caxias do Sul (Emob), vinculado à Associação das Empresas de Pequeno Porte da Região Nordeste do Rio Grande do Sul (Microempa), realizou uma ação beneficente em favor da Associação Criança Feliz, que teve suas instalações afetadas por uma enchente no início do ano. A doação aconteceu por meio de ação do projeto Empreender. "Incluímos esta ação social no projeto porque contamos com apoio do governo no projeto Empreender, então resolvemos retribuir para a sociedade", diz Valmir Fiorio, coordenador do Emob.

No projeto Empreender, da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB, 15 empresas do Emob foram contempladas e optaram por oferecer mobiliário no valor de R$ 15 mil para alguma entidade carente, com recursos divididos pelos empresários participantes. Além de arcar com os custos de produção, a montagem dos móveis foi feita pelos próprios empresários. A ação beneficente mobiliou a sala de música, armários e prateleiras da lavanderia e o refeitório.

Foto: OAB/divulgação

Presidente Dilma comemora sanção do novo Simples com ministros, parlamentares e empresários

Dilma sanciona sem vetos a **lei que universaliza o Simples**

Mais de 450 mil empresas com faturamento anual de até R$ 3,6 milhões serão beneficiadas. Além disso, terão acesso a um novo regime de tributação 142 atividades da área de serviços

Em 7 de agosto, a presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou, sem vetos, a Lei Complementar 147/2014 (PLC 60/14), que atualiza a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, por unanimidade, no dia 7 de maio. No Senado, a aprovação ocorreu no dia 16 de julho.

Com a universalização do Simples, mais de 450 mil empresas com faturamento anual de até R$ 3,6 milhões serão beneficiadas. Além disso, terão acesso a um novo regime de tributação 142 atividades da área de serviços.

Critérios

O Supersimples estabelece como critério de adesão o porte e o faturamento da empresa, em vez da atividade exercida. Antes, não podiam participar empresas prestadoras de serviços decorrentes de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, entre outras. Agora, profissionais como médicos, advogados, jornalistas e várias atividades do setor de serviços passarão a ser contemplados.

"Chamo esse projeto de universalização do Simples", resumiu a presidente Dilma Rousseff.

De acordo com o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, o novo Simples "é o embrião da reforma tributária". Durante a cerimônia de sanção no Palácio do Planalto, Afif lembrou da forma consensual como a matéria foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que, segundo ele, demonstra a relevância e a aceitação do tema no país.

Tabelas

Afif argumenta que o novo Simples apenas colocou "o óbvio" em prática. "Mas é fundamental dar

sequência a essa prática do óbvio", disse ao lembrar que em 90 dias estarão prontos os estudos que pretendem rever as tabelas do Simples. O documento final desse estudo será um Projeto de Lei de autoria do Executivo, que será apresentado ao Congresso Nacional. "Vamos montar a proposta de lei a quatro mãos para aperfeiçoar ainda mais o sistema", disse Afif.

"O Brasil dos brasileiros está melhor do que o Brasil dos economistas. É exatamente esse subterrâneo que está trabalhando na geração de renda. Já seremos 9 milhões de unidades de negócios. Se cada um puder gerar um emprego, serão 9 milhões de empregos. Isso impacta em 28% na taxa de emprego privado e no lucro familiar de 36 milhões de pessoas", disse o ministro.

O ministro destacou que a lei também prevê a criação do cadastro único das pequenas empresas que entrará em vigor a partir do ano que vem. "O Supersimples instituiu o nosso sonho, que é o Cadastro Nacional Único que começa a vigorar a partir de março de 2015 e acaba com a inscrição estadual e municipal."

A nova lei, observou o ministro, também irá possibilitar a redução do prazo para abertura das pequenas empresas, dos atuais 107 dias, para cinco dias. "Vamos ficar entre os 30 melhores países que descomplicam a vida dos seus cidadãos", disse Afif. "Se hoje é difícil abrir uma empresa, fechar é impossível. Temos milhões de CNPJ inativos. Vamos baixar na hora o CNPJ. A lei nos dá esse poder. Desvincula débito fiscal de débito da empresa", acrescentou.

Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

Veja aqui os principais trechos do discurso da presidente Dilma na sanção da Lei Complementar:

"Em um determinado momento li matéria na Folha de S. Paulo sobre a questão dos micro-empreendedores individuais e da pequena e média empresa. Esse artigo era do Guilherme Afif Domingos e nele havia uma ampla exposição a respeito da importância do micro e pequeno empreendedor no tecido social, com efeitos muito positivos sobre a sociedade. Por isso, criamos a Secretaria da Micro e Pequena Empresa para dar atenção exclusiva a esses temas e tivemos aquela bênção que foi ter uma pessoa certa, no lugar certo.

Essa história começou 26 anos atrás, quando em 88 a Constituição estabeleceu o tratamento diferenciado para o setor. E eu volto tanto no tempo porque eu quero deixar duas coisas importantes enfatizadas. A primeira coisa, continuidade. Continuidade porque você aprimora política constantemente. É preciso que o Brasil tenha visão de longo prazo para todas as coisas, de curto, médio, mas tenha de ter de longo prazo. A segunda é que quando há vontade política e uma adequada definição de rumos, boas mudanças acontecem e isso exige estratégia, mas, sobretudo, existe a prática do diálogo e da construção de consensos.

O Simples, quando foi criado, em 2006, representou uma minirreforma tributária. Reduziu

os tributos naquela época em 40% e unificou o pagamento de oito tributos federais, estaduais e municipais em uma única guia. Ficou tão bom que a lei passou a ser conhecida como Supersimples.

Essa nova lei do Simples também vai permitir uma coisa muito importante que é a construção do Cadastro Nacional Único. Isso vai permitir que as inscrições sejam feitas uma única vez com o CNPJ.

O ministro Afif assumiu comigo um compromisso que ele está cumprindo. Mas eu conto com vocês para ajudá-lo a implantar a Redesim na maioria das unidades da federação o mais breve possível. Começa agora num plano inclinado e nós esperamos alcançar o ponto máximo no ano que vem. Isso vai permitir muito reduzir o prazo de abertura e fechamento das empresas para, no máximo, cinco dias.

É inegável que nossa estrutura tributária precisa de aprimoramentos em todas as instâncias da federação, tanto no que se refere aos tributos municipais como aos estaduais e aos federais. A lei que nós sancionamos hoje mostra, contudo, que o Brasil não está inerte no enfrentamento destes desafios, ao contrário, fizemos nos últimos anos uma verdadeira reforma tributária no segmento das micro e pequenas empresas. Por meio de sistemas, como a Redesim, estamos usando a tecnologia em favor do empreendedorismo sobre a diretriz de que a simplificação é a essência da racionalização. Há muito mais a fazer, mas hoje os 9 milhões de empreendedores devem celebrar suas conquistas."

Afif pretende implanta Redesim de forma ime

Durante a solenidade de sanção da Lei Complementar 147/2014 (PLC 60/14), que atualiza a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o ministro Guilherme Afif Domingos reforçou que deve ser lançado no curto prazo um portal único, a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

"Precisamos unificar os pontos comuns para melhoria do tratamento aos micro e pequenos empresários, com avanços na lei e redução da burocracia. O portal fará a unificação em um balão único por meio das juntas comerciais. Vamos baixar o prazo de abertura para no máximo cinco dias em média", afirmou o ministro.

Com a implantação da Redesim, o empresário vai fazer todo o processo em um único portal, não precisando mais se deslocar para vários órgãos, apenas para a Junta Comercial. O novo processo proporcionará uma economia de até 40% em relação ao modelo atual de abertura de empresas.

Criada em 2007, a ferramenta visa integrar o cadastro da Receita Federal brasileira com os órgãos estaduais e municipais envolvidos no processo de abertura, alteração e baixa de empresas. O objetivo é garantir ao empreendedor maior facilidade na regulamentação do negócio por meio de um único contato

com o poder público, que poderá compartilhar informações e documentos via internet.

A Redesim foi criada pela Lei n.º 11.598, de 3 de dezembro de 2007, com o intuito de simplificar e integrar o processo de registro e legalização de empresas e pessoas jurídicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios.

O cronograma de implantação abrange os estados do Mato Grosso do Sul, Rondônia, Ceará, Sergipe, Roraima, Piauí e Acre para 2014.

r a
diata

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Afif: "Sistema reduzirá para até cinco dias o processo de abertura e fechamento de empresas"

Com a implantação da Redesim, o empresário vai fazer todo o processo em um único portal, não precisando mais se deslocar para vários órgãos, apenas para a Junta Comercial. O novo processo proporcionará uma economia de até 40% em relação ao modelo atual de abertura de empresas

Governo vai reajustar tabela de enquadramento

Em até 90 dias, a contar da data da sanção da Lei Complementar 147/2014 (PLC 60/14), o governo vai apresentar uma proposta de reajuste da tabela de enquadramento no Simples para evitar que as empresas que superem o teto de faturamento sejam automaticamente excluídas do programa simplificado de tributação. A informação é do ministro da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos. Hoje, o teto de faturamento para uma empresa ser enquadrada no Simples é de R$ 3,6 milhões anuais. O último reajuste da tabela foi feito em 2012.

A revisão da tabela, segundo o ministro, faz parte de "um grande acordo" entre a presidente Dilma, a Receita Federal e o Congresso. Afif disse que haverá um esforço para que a tabela progressiva se torne "inteligente" para criar a regra de transição. Outra preocupação é criar limites maiores para a indústria – que por viver cadeias de produção mais longas, muitas vezes arca com custos maiores que influenciam o faturamento final.

Entidades como Fundação Getulio Vargas, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Insper e Fundação Dom Cabral vão participar dos estudos. Com a alta da inflação e aumento de custos, muitas empresas acabam ultrapassando o teto de faturamento anual de R$ 3,6 milhões para as empresas de pequeno porte e de R$ 360 mil para as microempresas e necessitam mudar de regime.

Pesquisa feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP) apontou que até o final do ano 1,4 mil empresas paulistas de pequeno porte (EPP) superariam o limite de faturamento e 20 mil microempresas (ME) ultrapassariam o teto de faturamento. Atualmente, segundo a Receita Federal do Brasil, o número de optantes pelo Simples no Estado de São Paulo é de mais de 2,2 milhões de pessoas.

A pesquisa do Sebrae-SP considerou inflação de 5,58% para o INPC-IBGE, segundo o Boletim Focus do Banco Central de 4/10/13, e um crescimento real de 3% para o faturamento das micro e pequenas empresas em 2013.

O projeto de lei citado pelo especialista é o 237/12, que propõe a alteração do teto das microempresas para R$ 432 mil e para as médias para R$ 4,3 milhões.

ACI de Brusque promove Festival **Nacional de Cucas no Paraná**

Evento valorizou a cultura alemã por meio das saborosas receitas passadas de geração a geração; durante os dois dias, foram vendidas 5.100 cucas de mais de 10 sabores

Uma parceria entre a prefeitura de Brusque, a Secretaria de Turismo e o Núcleo de Panificadores e Confeitarias da Associação Comercial e Industrial de Brusque (ACIBr), no Paraná, promoveu a realização do 1º Festival Nacional de Cucas de Brusque. O evento, realizado nos dias 4 e 5 de julho no Pavilhão Maria Celina Vidotto Imhof, valorizou a cultura alemã por meio das saborosas receitas passadas de geração a geração. Cerca de 10 mil pessoas passaram pelo pavilhão durante os dois dias de festival.

Foram 40 cuqueiros participantes do concurso Cuca Nota 10 do Brasil, que elegeu as três melhores cucas. A receita mais saborosa eleita pelos jurados foi a da brusquense Henriqueta Tereza Zucco Fantini. Banana com castanhas foi o recheio que ela escolheu para participar da final com outros 14 finalistas. Feliz, ela falou sobre a importância de participar de um núcleo setorial. "É muito legal haver eventos como esse porque mostra a importância de participar de um núcleo setorial. O empresário não precisa estar sozinho. Muitas coisas em que tenho dificuldade na minha empresa, outro empresário já superou e, juntos, podemos trabalhar para que nossos empreendimentos tenham resultados positivos", destacou.

Além de receber o troféu e a premiação, a receita de Henriqueta irá para o livro que será publicado em parceria com a Secretaria de Turismo e o Núcleo de Panificadoras da Aci-Br, e também será postada no site do *chef* e apresentador Edu Guedes, convidado especial que anunciou os vencedores do concurso.

O segundo lugar ficou com o gastrônomo Alfredo Jose Gazaniga, e a terceira colocada foi Cirlete Aparecida Walter Jurek.

Além do concurso, os visitantes do festival puderam apreciar um saboroso café colonial e levar para casa as cucas preparadas pelas 13 panificadoras do Núcleo de Panificadoras e Confeitarias da Associação Empresarial (ACIBr).

As panificadoras participantes do

Núcleo de Panificadoras da AciBr se desdobraram para atender os visitantes que de mesa em mesa escolhiam a melhor cuca. Durante os dois dias, foram vendidas 5.100 cucas de mais de dez sabores. O secretário de Turismo da prefeitura de Brusque, Noberto Maestri, enfatizou o sucesso da parceria. "Estamos felizes e surpresos com o resultado do evento. Temos a certeza de que o objetivo de resgatar e valorizar a cultura do nosso povo foi alcançado", afirmou.

Sobre o Núcleo de Panificadores

O Núcleo de Panificadores e Confeitarias da ACIBr existe há mais de 21 anos. Fundado em 11 de janeiro de 1993, o núcleo é formado por profissionais de empresas do mesmo segmento de Brusque e região. O principal objetivo é fortalecer e solucionar os problemas individuais enfrentados por cada empresário participante. Para 2014, o grupo tem como meta incluir mais cinco panificadoras no núcleo, atingindo 20 empresas.

Entre as ações realizadas estão eventos como palestras motivacionais, cursos de liderança, torneio de bocha ou dominó entre os funcionários das padarias com objetivo de integrar os participantes, visitas técnicas, participação em feiras, como a Fispal 2014, além dos principais eventos que o núcleo realiza: Jantar do Dia do Panificador, celebrado com missa; Comemoração do Dia Mundial do Pão; e agora, incluso, o Festival Nacional de Cucas.

O núcleo também oferece serviços comuns de padaria com a realização de eventos, *coffee break*, almoço, confraternização, aniversários, etc.

As empresas participantes até o momento são: Água na Boca, Cantinho Doce, Panificadora Danine, Guabiruba, Limoeiro, Moriá, Panissa, Pertutti, Ristow, Sassipan, Sodepan, Trainotti, Zen, Wegner e Café Carolina Josefina.

Até o final deste ano, o grupo tem como meta colocar mais cinco panificadoras dentro do núcleo, atingindo o total de 20 empresas participantes.

Além do concurso, os visitantes do festival puderam apreciar um saboroso café colonial e levar para casa as cucas preparadas pelas 13 panificadoras do Núcleo de Panificadoras e Confeitarias da Associação Empresarial

Governo tenta atrair PMEs **para o mercado de ações**

Medida Provisória 651, recentemente editada, isenta de imposto de renda as aplicações de pessoas físicas em ações de pequenas e médias empresas

Rodolfo Zabisky: "Se a economia não estiver favorável, a MP será inócua para incrementar o número de empresas em bolsa"

Em mais uma tentativa de estimular o mercado de capitais no país, o governo editou recentemente Medida Provisória 651 que isenta de imposto de renda as aplicações de pessoas físicas em ações de pequenas e médias empresas liquidadas até dezembro de 2013. A isenção vale para pessoa física que aplicar em ações ou em fundos de investimentos dessas ações, que precisam ter sido emitidas diretamente pela empresa a partir da data de 9 de julho de 2014.

A isenção do IR de 15% procura atrair mais investidores para o mercado variável e dar às empresas nova forma de captação de recursos que não seja por meio de dívidas. Poderão participar as empresas com valor de mercado inferior a R$ 700 milhões e receita bruta anual inferior a R$ 500 milhões no ano anterior ao da oferta pública de ações.

A expectativa do governo é de que, a partir de agora, a busca dessas companhias por financiamento no mercado de capitais deverá ser impulsionada.

Além da isenção de IR da pessoa jurídica, outro trunfo do governo para incentivar esse mercado é o programa recentemente lançado pelo BNDES, que injetará até R$ 1 bilhão em companhias que se listarem na Bovespa Mais. Atualmente, nesse segmento de acesso da Bolsa brasileira, há nove companhias listadas, sendo que seis delas têm o BNDESpar no capital social.

Bovespa Mais é o segmento que não necessita de uma oferta de ações,

mas exige governança corporativa de seus integrantes. Quando a empresa é listada ela passa a ter um processo de exposição diferenciada e seus números passam a ser olhados por um conjunto de investidores mais qualificados.

Débora Morsh, especialista do mercado de capitais da Zenith Asset, de Porto Alegre, disse a Empresa Brasil que a iniciativa do governo de incentivar empresas menores a abrir o capital é positiva. "Hoje a Bolsa conta com cerca de 250 empresas, o que é muito pouco para um país como o Brasil", afirmou. "A medida é interessante porque pode representar uma fonte de financiamento para as pequenas e médias empresas, ao mesmo tempo que atrai, com isenção do IR, as pessoas físicas para esse mercado."

Transparência

Mas nem tudo são flores. Débora alerta que o sucesso das empresas a serem beneficiadas pela iniciativa do governo vai depender do que elas irão oferecer de atrativo para o mercado acionário. De outra parte, essas empresas terão de se submeter às exigências da Bolsa, sobretudo no que se refere à transparência, uma cultura quase desconhecida pelo segmento.

Outro ponto destacado pela especialista refere-se ao pessimismo do mercado em relação à conjuntura econômica. "O Brasil precisa urgentemente de reformas estruturantes para retomar o caminho do crescimento. Sem essas reformas e a redução da carga tributária, não haverá atratividade para o empresário investir", avaliou.

O que faltou fazer

Rodolfo Zabisky, CEO do grupo Attitude e coordenador do Brasil + Competitivo, observou que as PMEs serão menos líquidas e mais arriscadas sob a ótica do investidor em comparação com as empresas que operam hoje na Bolsa. Nesse sentido, de acordo com o especialista, o incentivo promovido pela MP-651, quando se trata de isenção de IR sobre ganho de capital, é bem-vindo para contrabalancear os maiores riscos de investir em ações menos líquidas e mais arriscadas. Faltou, entretanto, estender esse benefício também para pessoas jurídicas e outras formas associativas que investem em ações até por questões de isonomia, completou.

Outro dado importante, de acordo com Zabisky, está relacionado ao processo de emissão de ações, que é complexo e custoso, além de expor os resultados da empresa a concorrentes e clientes. "Nesse ponto, a MP foi tímida e deveria contemplar um incentivo para que o empresário formalize-se e arque com aumento de custos de *compliance* com a regulamentação de empresas de capital aberto e ações listadas em bolsa", avalia.

A seu ver, a MP deveria contemplar um crédito tributário à empresa que fez sua captação de recursos para investimento produtivo, da ordem de 1/3 das despesas em que ela efetivamente incorrer no processo de abertura de capital. "Isso funcionaria como incentivo, mas apenas para as empresas que conseguirem captar recursos via emissão de ações", afirma.

"Ocorre que, mesmo com esses incentivos, se a economia não estiver favorável, a MP será inócua para incrementar o número de empresas em bolsa e continuaremos no mesmo patamar da Bulgária, Paquistão, Mongólia e África do Sul."

"O incentivo promovido pela MP-651, quando se trata de isenção de IR sobre ganho de capital, é bem-vindo. Faltou, entretanto, estender esse benefício também para pessoas jurídicas"

Alto custo da energia elétrica **freia a economia**

Aneel deverá autorizar, neste segundo semestre, novos aumentos nas tarifas das distribuidoras entre 20% e 30%

O alto custo da eletricidade no Brasil é mais um fator que deve contribuir para frear a economia. Depois de conceder reajustes entre 10% e 20% no primeiro semestre do ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá autorizar, neste segundo semestre, novos aumentos nas tarifas das distribuidoras, entre 20% e 30%. A elevação reflete o aumento dos custos com aquisição de energia pelas companhias, que subiram neste ano em razão do acionamento das usinas térmicas. O MW/h gerado por essas unidades é muito mais caro que o produzido pelas hidrelétricas.

A seca e o baixo nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste fizeram o preço da energia elétrica no mercado de curto prazo – o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) – bater seu valor máximo de R$ 822 o MW/h no primeiro semestre, caindo para algo em torno de R$ 700 no início do segundo semestre. Em parte isso ocorre porque, sem chuvas, é preciso acionar usinas termelétricas, cujo custo de operação é maior.

Em períodos de chuvas regulares, dentro da média histórica, o preço da energia nesse mercado costuma ficar abaixo dos R$ 100 o MW/h. Há três anos, rondava os R$ 30.

De acordo com Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), é difícil quantificar com precisão o impacto dessa combinação sobre o PIB, "mas ele certamente será significativo, principalmente na indústria".

"Já temos até empresas inadimplentes, que ameaçam fechar as portas por não estarem preparadas para esse aumento em seus custos de energia."

O reajuste de 23,21% concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) à Celesc Distribuidora terá um efeito devastador na economia catarinense, na avaliação do presidente da Associação Comercial e Industrial de Chapecó (Acic), Bento Zanoni. Os novos valores tarifários começaram a vigorar em 7 de agosto.

O dirigente assinala que o alto custo da energia elétrica prejudica a competitividade da indústria e encarece todos os produtos manufaturados. Lembra que o setor industrial é responsável por aproximadamente 46% do consumo de energia elétrica no Brasil.

Zanoni estranha que o reajuste autorizado pela Agência reguladora seja superior ao próprio pedido da Celesc Distribuidora, que era de 20,49%. Alerta que o custo elevado da energia reduzirá a capacidade das empresas exportadoras catarinenses de competirem no comércio internacional, como é o caso das agroindústrias do oeste barriga-verde.

Zanoni estranha que o reajuste autorizado pela Agência reguladora seja superior ao próprio pedido da Celesc

SETEMBRO/2014 – SEBRAE.COM.BR – 0800 570 0800

Empreender

Foto: Charles Damasceno

DESBUROCRATIZAÇÃO

140 novas categorias passam a fazer parte do Supersimples

Presidente Luiz Barretto durante sanção no Planalto

SEBRAE
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEBRAE VAI INVESTIR R$ 2 BILHÕES EM INOVAÇÃO

Soluções têm impacto em cadeias de valor e visam reduzir gaps de produtividade

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Visando ampliar a competitividade, o Sebrae vai investir R$ 2 bilhões em soluções de inovação em pequenos negócios, nos próximos quatro anos. Para 2014 a meta é atender 200 mil empresas com ações de tecnologia e inovação. Em 2013, foram aplicados R$ 220 milhões no atendimento de 113 micro e pequenas empresas que implantaram algum tipo e inovação.

Ao falar sobre Inovação como Estratégia para Inserção nos Pequenos Negócios em Cadeias Globais, o diretor-técnico do Sebrae, Carlos Alberto dos Santos, diz que o desafio é aumentar a produtividade da economia brasileira e que os pequenos negócios têm papel relevante nesse processo. Eles participam com 27% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme pesquisa recente feita pela Fundação Getulio Vargas (FGV) sob encomenda do Sebrae.

Mesmo representando 99% das empresas formais do país e sendo forte gerador de empregos, a participação do segmento no PIB ainda é pequena. "Essa condição acaba gerando empregos em grande quantidade, mas de baixa produtividade", assinalou Carlos Alberto.

Uma pesquisa de Inovação, realizada pelo IBGE, identificou a necessidade de qualificação técnica dos trabalhadores, e em gestão para os empreendedores e empresários, além de investimentos em bens de capital. Carlos Alberto afirma que é fundamental estabelecer um canal de comunicação direta com as micro e pequenas empresas. Nesse sentido, o Sebrae atua por meio dos 1.043 Agentes Locais de Inovação (ALI), bolsistas do CNPq, que atendem as empresas *in loco*; e da plataforma Sebraetec, que em parceria com 1.407 instituições tecnológicas promove a inovação nos empreendimentos de pequeno porte.

Além dos ALI e do Sebraetec, o Programa Nacional de Encadeamento Produtivo, que envolve a empresa-âncora e seus elos, tem impacto em toda a cadeia produtiva. Com ele o Sebrae apoia os pequenos negócios em busca de melhorias das competências tecnológicas e em gestão para reduzir os gaps de competitividade. E

PARA ESTE ANO, A META É ATENDER 200 MIL EMPRESAS COM AÇÕES DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. EM 2013, FORAM APLICADOS R$ 220 MILHÕES NO ATENDIMENTO DE 113 MIL MICRO E PEQUENAS EMPRESAS QUE IMPLEMENTARAM ALGUM TIPO DE INOVAÇÃO

SANCIONADA A LEI QUE UNIVERSALIZA O SUPERSIMPLES

Critério de adesão ao regime tributário simplificado passa a ser o teto anual de faturamento da empresa

ALESSANDRA PIRES
AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei Complementar 147/2014, que universaliza o Supersimples, regulamenta o uso da Substituição Tributária e cria um cadastro único para micro e pequenas empresas – que faz com que o CNPJ seja o único número usado. Com essa medida, que atualiza a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o critério de adesão ao Supersimples passa a ser o teto anual de faturamento de R$ 3,6 milhões por ano.

Durante a cerimônia de sanção, o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, destacou que a nova lei foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e em tempo. "É para o Brasil que estamos fazendo esse esforço. Não há desenvolvimento neste país sem incluir as micro e pequenas empresas na agenda. Não teremos um país desenvolvido sem pensar no tratamento diferenciado para esse segmento."

Essa é a quinta vez que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é atualizada. De acordo com o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, essa é a história de uma lei que está em permanente processo de construção para favorecer o setor. "Estamos perseguindo a simplicidade. E simplicidade quer dizer eficiência. Se cada uma das 9 milhões de empresas gerar um emprego será um grande impacto."

Com a sanção, mais de 140 atividades poderão aderir ao Supersimples, passando a pagar uma carga tributária diferenciada, a partir de janeiro. A nova Lei também cria a fiscalização orientadora, que não permite ao órgão fiscalizador a aplicação de multa em uma primeira visita à empresa. Além disso, a nova norma também protege o Microempreendedor Individual (MEI) de cobranças indevidas realizadas por conselhos de classe.

A matéria também regulamenta o uso da Substituição Tributária e proíbe que ela seja cobrada de pequenos negócios de vários outros segmentos, como de vestuário e confecções. Essa proibição começará a valer a partir de janeiro de 2016. E

Foto: OAB

Presidente Dilma assina sanção no Planalto

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS GERAM 27% DO PIB DO BRASIL

Em dez anos, os valores da produção gerada pelos pequenos negócios saltaram de R$ 144 bilhões para R$ 599 bilhões

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Os pequenos negócios respondem por mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Juntas, as cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas no país representam 27% do PIB. Os dados são revelados pelo presidente do Sebrae, Luiz Barretto. "O empreendedorismo vem crescendo muito no Brasil nos últimos anos e é fundamental que cresça não apenas a quantidade de empresas, mas a participação delas na economia", afirma Barretto.

Em valores absolutos, a produção gerada pelas micro e pequenas empresas quadruplicou em dez anos, saltando de R$ 144 bilhões em 2001 para R$ 599 bilhões em 2011, em valores da época.

As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil, já que respondem por 53,4% do PIB deste setor. No PIB da Indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

"Os dados demonstram a importância de incentivar e qualificar os empreendimentos de menor porte, inclusive os microempreendedores individuais. Isoladamente, uma empresa representa pouco. Mas juntas, elas são decisivas para a economia", considera Barretto, lembrando que os pequenos negócios também empregam 52% da mão de obra formal no país e respondem por 40% da massa salarial brasileira.

Segundo ele, os principais motivos para o bom desempenho dos pequenos negócios são a melhoria do ambiente de negócios, o aumento da escolaridade da população e a ampliação do mercado consumidor.

"Esses três fatores têm motivado o brasileiro a empreender por oportunidade e não mais por necessidade. Antes as pessoas abriam um negócio próprio quando não encontravam emprego. Hoje, sete a cada 10 pessoas iniciam um empreendimento por identificar uma demanda no mercado, o que gera empresas mais planejadas e com melhores chances de crescer", avalia o presidente do Sebrae. E

> JUNTAS, AS CERCA DE 9 MILHÕES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO PAÍS REPRESENTAM 27% DO PIB

PRODUTORES INOVAM COM FEIRAS AGROECOLÓGICAS

Prefeituras que priorizam produtos e serviços de micro e pequenas empresas aumentam orçamento e geração de empregos

VLADEMIR ALEXANDRE
SEBRAE NO RIO GRANDE DO NORTE

Frutas, hortaliças e legumes frescos, produzidos de maneira orgânica por agricultores familiares, chegam semanalmente à mesa de milhares de potiguares. Isso é possível graças às Feiras de Produtos Agroecológicos organizadas pelo Sebrae com apoio de parceiros para aproveitar os produtos cultivados por meio do Programa Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS).

A ideia do Sebrae é estimular a produção e consumo de itens da agricultura sustentável proporcionando, ao mesmo tempo, mais renda para quem mora no campo e sobrevive da agricultura. Isso porque o sistema de cultivo orgânico gera valor agregado aos produtos, o que eleva a rentabilidade em cerca de 30% se comparado aos produtos tradicionais. As hortaliças e legumes comercializados vêm de um processo de cultivo livre de ações danosas ao meio ambiente, sem o emprego de agrotóxicos, queimadas, desmatamentos e com relações de trabalho corretas e justas.

A iniciativa começou em Natal, quando o Sebrae capacitou produtores da região metropolitana para se adequarem ao cultivo de forma orgânica. Dessa forma, a instituição identificou aqueles que já adotavam o sistema que dispensa o uso de defensivos químicos. "Após esta seleção realizamos capacitação técnica e de gestão com o objetivo de preparar o grupo na produção orgânica, como também orientá-lo sobre a importância do trabalho associativo, formação de grupo e código de conduta para a criação da feirinha agroecológica", afirma a gestora estadual do PAIS, Honorina Medeiros.

Oito das feiras apoiadas pelo PAIS já são certificadas como Organização de Controle Social (OCS) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Outras oito estão em processo de certificação. "Essa certificação dá mais segurança aos consumidores, que passam a ter o aval do Ministério da Agricultura de que aqueles produtos são de fato orgânicos e, portanto, mais saudáveis pela ausência de agrotóxicos", explica Honorina Eugênia. E

Foto: Vinícius Fonsesa

O Sebrae incentiva a produção e o consumo de orgânicos

INVESTIR EM CERTIFICAÇÃO É UM BOM NEGÓCIO

Empresas capacitadas têm mais facilidade de prospectar mercado

BRUNO LEONEL
SEBRAE EM SERGIPE

Empreendedores sergipanos fornecedores da cadeia produtiva de Petróleo, Gás, Energia e Mineração estão investindo em certificação como forma de abrir mercado. No estado existem 27 empresas ligadas à Rede Petrogás Sergipe já com 38 certificações. E uma nova turma está iniciando a preparação de 15 empreendimentos para um novo processo de certificação.

A capacitação faz parte das ações realizadas pelo Projeto Petróleo e Gás desenvolvido pelo Sebrae em parceria com a Petrobras. Para a gestora do projeto no Sebrae, Ana Nunes, as empresas estão de olho no potencial de mercado existente no setor de Petróleo, Gás e Mineração. "Ter a certificação faz a diferença na hora de realizar negócios com as grandes empresas", destaca.

As principais certificações são a ISO 9001, ISO 14001 e a OHSAS 18001. A primeira trata da questão da Gestão de Qualidade, a segunda é sobre Meio Ambiente e a terceira, Segurança e Saúde no Trabalho. "A empresa que possui as três certificações se enquadra no SGI – Sistema de Gestão Integrada e passa a ter uma visibilidade muito maior", explica Ana Nunes.

O processo tem início com uma palestra de apresentação e sensibilização para os empresários sobre a importância das certificações, comprometimento dos colaboradores e benefícios para a empresa. Na sequência acontecem as visitas aos empreendimentos para fazer o diagnóstico e traçar o plano de trabalho. A certificação pode durar de 4 a 12 meses, dependendo do nível de organização de cada empresa e do comprometimento do gestor e equipe. Vale destacar que essa será a primeira turma a participar do processo de certificação *online*, a distância, com encontros presenciais.

Uma empresa certificada é mais competitiva e fica com mais credibilidade. "Muitas grandes empresas só compram materiais que requerem qualificação técnica e que sejam fabricados por empresas certificadas", alerta o consultor Aladio Antonio, gestor pela Petrobras do projeto Petróleo e Gás. E

> "MUITAS GRANDES EMPRESAS SÓ COMPRAM MATERIAIS QUE REQUEREM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E QUE SEJAM FABRICADOS POR EMPRESAS CERTIFICADAS", AFIRMA ALADIO ANTONIO, GESTOR DA PETROBRAS

INFORME SEBRAE. Presidente do Conselho Deliberativo Nacional: Roberto Simões. Diretor-Presidente: Luiz Barretto. Diretor-Técnico: Carlos Alberto dos Santos. Diretor de Administração e Finanças: José Claudio dos Santos. Gerente de Marketing e Comunicação: Cândida Bittencourt. Edição: Ana Canêdo, Antônio Viegas. Fone: (61) 3348- 7494

Brasil deve reduzir participação **no comércio mundial**

A desaceleração econômica terá reflexos sobre as importações; queda de demanda da China impactará as exportações de commodities e a crise na Argentina se refletirá sobre os manufaturados

A previsão da Organização Mundial do Comércio (OMC) de crescimento de 4,7% no comércio mundial, em 2014, e a queda prevista de 5,8% nas exportações brasileiras irão reduzir a participação mundial do Brasil para 1,19%, menor que os 1,32% de 2013 e também inferior aos 1,23% de 2008. Além disso, é possível uma queda da atual 22ª posição no ranking mundial de exportação, conforme previsão do presidente da AEB (Associação dos Exportadores do Brasil), José Augusto de Castro.

Na opinião de Castro, o resultado previsto de US$ 635 milhões em 2014 pode ser considerado um "superávit negativo"

De acordo com o dirigente, em 2014 as exportações devem totalizar US$ 228,240 bilhões, com uma queda de 5,8% em comparação ao ano anterior. Enquanto as importações devem alcançar US$ 227,605 bilhões, com um recuo de 5,0%%, o que resultará na geração de superávit comercial de US$ 635 milhões.

Em 2013, a balança comercial brasileira teve superávit de US$ 2,56 bilhões, o pior resultado para um ano fechado desde 2000, quando houve déficit de US$ 731 milhões.

Na opinião de Castro, o superávit previsto de US$ 635 milhões em 2014 pode ser considerado um "superávit negativo", pois decorre de quedas na exportação e importação, e não de aumento das exportações. Essas projeções, segundo ele, estão baseadas no cenário e perspectivas atuais. A definição da dimensão da desaceleração econômica interna poderá ter reflexos sobre as importações, assim como o nível de crescimento econômico da China impactará as exportações de commodities e a crise na Argentina refletirá sobre os manufaturados. "O ano de 2014 será o quarto seguido de queda no valor das exportações."

Os responsáveis pela redução das exportações são os produtos manufaturados, com destaque negativo para plataformas de petróleo e vendas para a Argentina, especialmente no setor automobilístico. Nos básicos, as perdas com minério de ferro, milho e fumo são compensadas por ganhos com petróleo, café e carne bovina.

A queda na importação alcança todas as categorias, devido à redução do consumo interno das famílias.

A expectativa do mercado financeiro para este ano, segundo pesquisa realizada pelo Banco Central (BC) com mais de cem instituições financeiras, é de pequena piora do saldo comercial. A previsão dos analistas dos bancos é de um superávit de US$ 2 bilhões nas transações comerciais do país com o exterior.

Já o BC prevê um superávit da balança comercial de US$ 5 bilhões para 2014, com exportações em US$ 245 bilhões e compras do exterior no valor de US$ 240 bilhões.

Por enquanto, indicador mais pessimista é o do Bradesco, que mantém a previsão de um déficit comercial de US$ 1,6 bilhão para 2014.

Capacitar traz novo fôlego para as entidades que antes contavam com apenas um ou dois produtos e serviços

Associações Comerciais se reúnem **em Encontro do Capacitar**

Trinta entidades trocaram experiências e levaram modelos da metodologia sistêmica para seus municípios

Trinta Associações Comerciais que estão participando do programa Capacitar 2014 se reuniram nos dias 15 e 16 de julho, na Associação Comercial e Empresarial de Guarapuava (Acig), no Paraná, para treinamento de presidentes e executivos. O programa Capacitar faz parte das ações da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap), e tem por objetivo impactar positivamente a gestão de entidades do sistema associativista paranaense.

De acordo com o gestor do programa, Márcio Vieira, as Associações Comerciais (ACEs) que recebem a metodologia sistêmica adquirem novas oportunidades para alcançar a excelência em gestão. "O Capacitar trouxe um novo fôlego para as entidades, que antes contavam com apenas um ou dois produtos e serviços. É necessário preparar a equipe para trabalhar com visão de mundo e para que ela esteja preparada para transformações. Hoje temos ferramentas para auxiliar na conquista da sustentabilidade da Associação Comercial", afirma.

O diretor do Instituto para o Desenvolvimento de Organizações (IDO-Brasil), Paulo César Ferreira, realizou, juntamente com o gestor, o treinamento. Ele destacou algumas premissas a serem seguidas na gestão da Associação Comercial. "Apenas 5% das entidades do Sistema são desenvolvidas, então há muito o que trabalharmos. As entidades devem atuar de modo que o seu lucro seja consequência de um bom trabalho para atrair associados com produtos, serviços, promoção da cultura associativista e defesa dos interesses dos associados", disse.

O primeiro passo no programa é a construção do planejamento estratégico a ser seguido pela diretoria e colaboradores, ponto abordado também na palestra de Robson Dutra, realizada durante o encontro, e destacado pela presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Lapa (Acial), Suzana Gorninski. "Antes de participarmos do programa Capacitar, fazíamos campanhas mas não havia o mesmo planejamento. Tivemos bons resultados, mas hoje me sinto mais preparada para lançar novos produtos e serviços com mais segurança", avaliou.

"As associações comerciais, além de prestadoras de serviços para o associado, também devem atuar como representantes dos interesses do empresariado e como indutoras do desenvolvimento local"

Desenvolvimento Local

Alguns aspectos como definição de posicionamento da entidade e identificação de mercados para aprimoramento de gestão também foram destacados. O presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Largo (Acicla), Marcelo Weber, está iniciando o seu mandato e viu na capacitação um norte para sua atuação. "Achei importante tratarmos principalmente do relacionamento com a equipe para melhor estruturar nossas ações. Já pretendo adotar algumas novas medidas em relação à prestação de serviços", adiantou.

O executivo da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (Acic), César Ióris, elogiou a interação entre entidades para aplicar novos modelos na sua entidade. "Estamos na segunda etapa do Capacitar, então já estamos praticando alguns itens apresentados no treinamento, mas achei importante este encontro para reforçar todos os passos. Percebemos também que vários modelos simples, aplicados em Associações menores, também podem ser utilizados na nossa entidade", destacou.

As Associações Comerciais, além de prestadoras de serviços para o associado, também devem atuar como representantes dos interesses do empresariado e como indutoras do desenvolvimento local. "Uma das ações que podem auxiliar todo um município é a criação de um Conselho de Desenvolvimento Local, o qual pode ser articulado pela própria ACE. Alguns modelos já estão presentes no Paraná e podem ser levados a outros municípios", comenta Márcio. Alguns exemplos de sucesso estão nos municípios de Maringá, Foz do Iguaçu, entre outros que estão em fase de criação. Ele também apresentou como *case* de sucesso a região do País Basco, que possui um dos mais altos índices de desenvolvimento na Europa. Em maio, uma equipe coordenada da Faciap visitou o local para entender como as ações voltadas para o desenvolvimento local transformaram cidades.

Programa Capacitar

O Capacitar é um programa de excelência em gestão que está sendo implantado sistematicamente nas Associações Comerciais do Paraná com o objetivo de estruturar e fortalecer essas entidades para que elas tenham ainda mais representatividade e força em suas regiões.

A metodologia do Capacitar é implantada em etapas e todo o trabalho é coordenado pelos consultores regionais da Faciap – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná. A primeira fase dos trabalhos consiste no diagnóstico da entidade, identificando potencialidades e dificuldades. A etapa seguinte é a elaboração de planejamento estratégico e financeiro da ACE.

Este programa causa um grande impacto na Associação, pois o planejamento estratégico e financeiro resulta em um conjunto de instrumentos gerenciais para que essas entidades possam ter maior controle de seus serviços, oferecendo um atendimento ainda mais eficaz para os empresários de suas cidades.

O Capacitar é um programa de referência. Foi eleito em 2007 o melhor programa de cooperação entre entidades empresariais pelo World Chambers Congress. O método do Capacitar já foi implantado em Minas Gerais e em estados da região Nordeste, e os resultados são surpreendentes.

A meta da Faciap é levar o Capacitar para todas as Associações Comerciais do Paraná.

O presidente da Acij, Mario Cezar de Aguiar, entrega a premiação aos vencedores

ACI de Joinville premia as melhores **práticas de núcleos setoriais**

Analistas técnicos do Empreender Competitivo participaram do processo de avaliação de 13 projetos que concorriam ao Prêmio Acij Núcleo Referência – Edição 2014

A convite da Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij), analistas técnicos do Empreender Competitivo participaram do processo de avaliação de 13 projetos que concorriam ao Prêmio ACIJ Núcleo Referência – Edição 2014. A premiação busca valorizar as melhores práticas dos núcleos setoriais do Empreender, considerando seu benefício na melhoria da competitividade empresarial, por meio de ações voltadas ao resultado.

A Acij, que atualmente conta com 25 núcleos setoriais, teve a participação de 17 inscritos para o prêmio e 13 empresas que entregaram os projetos para avaliação do júri. Destes 25 núcleos setoriais, quatro participam do Empreender Competitivo e todos concorreram ao Prêmio.

Os prêmios foram de bronze para o Núcleo de Imobiliárias, do consultor Cristiano Santos; Prata para o núcleo de Escolas de Educação Profissional, do consultor Philippe Reiser; e em primeiro lugar, com o ouro, o Núcleo de Agências de Propaganda e Marketing, também do consultor Reiser.

A premiação ocorreu durante o jantar de posse da Diretoria da Acij, no dia 1º de julho de 2014, na Sociedade Harmonia Lyra, Joinville, em Santa Catarina. O evento é considerado o mais importante da Acij e contou com a presença de mais de 600 empresários e lideranças políticas, como o governador Raimundo Colombo, o prefeito Udo Döhler e os senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer.

Em seu discurso de posse, Martinelli apresentou pleitos importantes

às autoridades presentes, como o governador Raimundo Colombo, o prefeito Udo Döhler e os senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer. O presidente apontou a necessidade de um novo hospital estadual com 300 leitos para Joinville, revisão das tarifas de ônibus, citando o exemplo de outras cidades, por meio da diminuição da carga tributária, a conclusão do campus da UFSC e o apelo para a defesa dos Bombeiros Voluntários.

Ao dizer que Joinville precisa e merece 400 câmeras de segurança e não apenas 200, foi interrompido com salva de palmas da plateia. Martinelli também destacou a força da entidade na luta pela modernização do aeroporto da cidade e o trabalho para ampliar a representatividade política da região. Finalizou aconselhando os empresários para que recebam os candidatos das próximas eleições, mas somente apoiem aqueles que têm um projeto identificado com as nossas comunidades e causas.

O ex-presidente da Acij, Mario Cezar de Aguiar, falou sobre os dois anos de gestão à frente da entidade. Ele esteve à frente de campanhas como "Vote Certo, Vote em Joinville", que teve como objetivo aumentar a representatividade política da cidade, e o "Abrace São José", que resultou em mais transparência na saúde pública e na modernização do Hospital São José. O ex-presidente compartilhou o seu orgulho na conquista dos 1.500 associados da entidade no mês de junho e como todo o seu trabalho contribuiu para o aumento da representatividade da região.

Outra atividade durante o jantar foram as assinaturas de Fabrizio Machado Pereira, superintendente do Sesi SC, e Glauco José Corte, presidente da Fiesc, que acordam um novo termo de compromisso com a comunidade empresarial de Joinville para a construção de uma unidade na zona sul e outra na zona leste do município, com investimento de R$ 6,2 milhões.

A premiação ocorreu durante o jantar de posse da diretoria da Acij e contou com a presença do governador Raimundo Colombo e mais de 600 empresários e lideranças políticas

Os Núcleos da Acij e o Conselho dos Núcleos contam também com nova gestão. Os novos presidentes e vice-presidentes foram empossados durante o evento. Os membros do Conselho Superior, do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal terão mandado de 2014 a 2016. E a nova diretoria da Acij terá a gestão de um ano, podendo se reeleger por mais um. Foram apresentados, também, os novos coordenadores do Gestão Compartilhada. Houve, ainda, a posse da diretoria da Associação Corpo Bombeiros Voluntários de Joinville e a assinatura do governador Raimundo Colombo de convênio para recebimento de 200 câmeras de vigilância, além da parceria para instalação de seis bases de videomonitoramento.

Associados poderão ter acesso aos cursos por meio de um portal

Projeto da CACB incentiva **qualificação de empresários**

A Escola Empresarial oferecerá cursos a distância inclusive a não associados da Rede CACB

Idealizada pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), a Escola Empresarial pretende formar e qualificar profissionais de todas as áreas relacionadas ao meio empresarial. O projeto foi desenvolvido em parceria com a Ampla, empresa focada no treinamento e desenvolvimento humano mediados por tecnologia.

De acordo com Luiz Antônio Bortolin, coordenador do Programa de Geração de Receitas e Serviços (Progerecs/CACB), "a ideia é capacitar os empresários e colaboradores para tornar o mercado mais competitivo, e as empresas, mais lucrativas". Segundo ele, a Escola será uma articuladora que, por meio da tecnologia, agregará cursos de institutos acadêmicos e universidades, conforme as demandas das Federações que vierem a celebrar o convênio da Escola Empresarial com a CACB.

"A escola nasceu para ser grande e atender a diferentes demandas. A ideia é formar e prover um conteúdo de primeira para as empresas", afirma

Joana Maciel, gerente de inovação e metodologia da Ampla. Segundo ela, os cursos serão desenvolvidos conforme as demandas das Federações e associados, sem deixar de atender às competências exigidas pelo mercado. "O foco é construir soluções fora da caixa, trazendo conteúdos por competência, sempre observando o que o mercado precisa."

Inicialmente, os cursos serão livres, abrangendo qualificações básicas para nivelar o público. De acordo com o interesse das Federações, serão selecionadas universidades e institutos educacionais para fornecer cursos de graduação e pós-graduação, nos quais os associados do sistema CACB terão uma porcentagem de desconto. "Vamos oferecer aulas que abranjam desde questões básicas de administração e contabilidade até cursos específicos do ramo do comércio ou de alimentos, por exemplo", explica Joana.

Por meio de um portal, os associados poderão ter acesso aos cursos, dar sugestões, acompanhar novas agendas e temas de treinamentos. "A ideia é que a Escola Empresarial seja um centro de referência de busca por conhecimento e se configure como pilar para a formação empresarial", observa Joana.

Importância da formação profissional

Segundo pesquisa divulgada este ano pela Fundação Dom Cabral, a falta de mão de obra especializada vem se agravando e atinge 91% das empresas. Em estudo conduzido pela PricewaterhouseCoopers (PwC), em três países, verificou-se que até 2020 a escassez de "talentos" será um dos maiores desafios das organizações. A maior dificuldade está em conduzir, gerenciar e treinar pessoas em processos de mudanças e, ainda, desenvolver uma força de trabalho efetiva.

Neste sentido as organizações investem em dois *fronts* de trabalho: I. melhores formas de recrutamento e seleção de pessoas, e II. mais programas de formação e capacitação de seus profissionais. "Em se tratando de educação corporativa existe uma necessidade intrínseca de desenvolvimento contínuo dos colaboradores. E é nessa perspectiva que a CACB e a Ampla estão atentas e, acima de tudo, preocupadas em pensar modelos de formação continuada para o mercado corporativo", esclarece Joana.

Ampla

Com vasta experiência no mercado educacional, a Ampla se dedica a desenvolver e implantar soluções em educação, atuando com uma abordagem metodológica diferenciada, resultante de parcerias com instituições de diversos setores. Suas ações beneficiam atualmente mais de 60 mil pessoas em todo o território nacional.

A empresa desenvolve metodologias específicas para cada projeto educacional que, por tratar de públicos diferenciados, possui conteúdos e objetivos bastante específicos. Assim, cada projeto é pensado de forma exclusiva e personalizada, sempre pautado pelo que há de melhor em tecnologia e otimização de processos, visando promover o acesso dos mais variados públicos a um sistema educacional de alto valor agregado.

"Objetivo é capacitar os empresários e colaboradores para tornar o mercado mais competitivo e as empresas mais lucrativas"

SERVIÇO

Interessados em participar dos cursos podem encaminhar e-mail para escolaempresarial.cacb@cacb.org.br

Associação de São José do Rio Preto promoveu o 1° Encontro de Conciliadores do Interior de São Paulo

Câmara atrai interesse **para a solução de conflitos**

Além de incentivar políticas públicas pela mediação, a Rede vem desenvolvendo ações pontuais em diversos estados

A Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE) vem atuando e apoiando diversos eventos em vários pontos do país. Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Acre e Rio Grande do Sul são alguns dos estados que, recentemente, realizaram atividades voltadas ao desenvolvimento da Mediação e da Arbitragem.

Coordenado pelo Instituto dos Advogados do Distrito Federal (IADF), o I Curso Intensivo de Arbitragem Comercial Internacional contou com o apoio da CBMAE. As aulas, destinadas a profissionais interessados em arbitragem internacional, abordaram os métodos extrajudiciais aplicáveis na resolução de disputas internacionais. O evento foi realizado em Brasília de 21 a 25 de julho. Um novo curso já está sendo planejado para acontecer em novembro.

Com o fim de incentivar a mediação empresarial e comunitária voltada para micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), por meio da CBMAE, assinou acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). "A proposta é desempenhar uma forte articulação com o setor empresarial, com a finalidade de sensibilizar, principalmente, as empresas que possuem um grande número de

conflitos para que busquem as vias adequadas para resolver as suas questões, como forma de efetivar uma Política Pública de não judicialização dos conflitos de interesse", explica George Teixeira, diretor financeiro da CACB. O projeto deve atingir todo o Brasil.

Café CBMAE

A Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul) promove, mensalmente, o Café CBMAE, no qual especialistas são convidados a palestrar para empresários e outros interessados em arbitragem. "Nosso objetivo é vencer essa barreira cultural para que as pessoas consigam enxergar a arbitragem como uma forma de solução de conflitos", explana André Jobim de Azevedo, Superintendente da CBMAE/Federasul.

Ao longo dos oito meses de existência do evento, Azevedo declara que já é possível perceber alguns resultados positivos. "Primeiro, é notável o aumento no número de participantes em decorrência do interesse que vem crescendo, por causa dos temas importantes que temos abordado."

Em sua última edição, ocorrida em julho, o mestre em Direito Ambiental Marcello Coffrini dividiu suas experiências no segmento da geração de energia, na Itália. Outros temas de interesse empresarial já abordados pelo Café CBMAE foram o uso da cláusula arbitral nos contratos da indústria do petróleo e a tendência das cláusulas compromissórias no meio jurídico. "A qualidade dos palestrantes, especialistas estrangeiros e entusiastas da arbitragem, também colaborou para um aumento de consultas à Câmara. Isso está diretamente ligado a esse esforço de disseminação da cultura dos métodos adequados de solução de conflitos", acredita Azevedo.

1° Encontro de Conciliadores

Em parceria com o Núcleo Regional da Escola Paulista de Magistratura da Comarca de São José do Rio Preto, a Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto (Acirp) promoveu, em 8 de agosto, o 1° Encontro de Conciliadores do Interior de São Paulo. Foram ministradas palestras que englobam o universo da conciliação. O evento foi gratuito e aconteceu no Centro de Convenções da Acirp.

Carla Hernandes, gestora de procedimentos, explica que a importância de encontros como esse se encontra na disseminação de novas formas de solucionar conflitos. "A visibilidade que o evento traz para a câmara ajuda a atrair novos públicos."

Semana da Conciliação

A Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG) promoveu a IV Semana da Conciliação, de 11 a 15 de agosto. Até o fechamento desta edição da Empresa Brasil, a entidade não havia divulgado o balanço dos resultados, porém em 2013 o saldo foi bastante positivo. Foram realizadas 192 audiências motivadas por empresas e consumidores, apresentando uma taxa de sucesso de 84%, num total de 236 acordos. O resultado veio da soma das audiências e negociações feitas diretamente nos estabelecimentos participantes ao evento. A III Semana de Conciliação promoveu a negociação de R$ 392 milhões.

A CACB, por meio da CBMAE, assinou acordo com o Sebrae com a finalidade de sensibilizar as empresas para que busquem as vias adequadas como forma de efetivar uma política pública de não judicialização de conflitos

Sede da Nex, de Curitiba, abriga 240 profissionais de 120 empresas

Ambiente compartilhado é a nova **onda dos empreendedores**

Conhecido pela expressão *coworking*, o sucesso do novo modelo de escritórios é amparado no potencial de expansão de oportunidades de negócios e na capacidade de solucionar a dor do isolamento profissional

Um ambiente compartilhado por profissionais de atividades independentes é a mais nova sensação do mercado. Conhecido pela expressão *coworking*, lançada em 9 de agosto de 2005 pelo americano Brad Neuberg, engenheiro de *software*, o termo serviu para designar um novo conceito de escritório.

A ideia teve tal adesão no mundo que surgiu até mesmo um dia especial – o *coworking day*, que é comemorado em todos os anos na data de sua criação. Nesse dia, alguns espaços no mundo inteiro oferecem horas grátis para qualquer interessado. Outros promovem festas ou sorteio de brindes. Além disso, *coworkers* do mundo inteiro se manifestam por meio do Twitter ou em seus blogs. Enfim, é um dia dedicado a reconhecer os benefícios dessa modalidade de trabalho que atrai cada vez mais interessados no mundo inteiro.

No Brasil, há pouco mais de três anos havia em torno de 15 empresas do segmento nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Hoje já são mais de 120 e a tendência parece ser irreversível.

O sucesso desse modelo de escritórios, além de ser um espaço de menor custo em comparação aos convencionais, está ligado a uma série de outros fatores, todos relacionados com os negócios. É também o encontro social de um grupo de pessoas que trabalham de forma independente, mas que compartilham valores e estão interessadas na sinergia que pode acontecer entre profissionais talentosos.

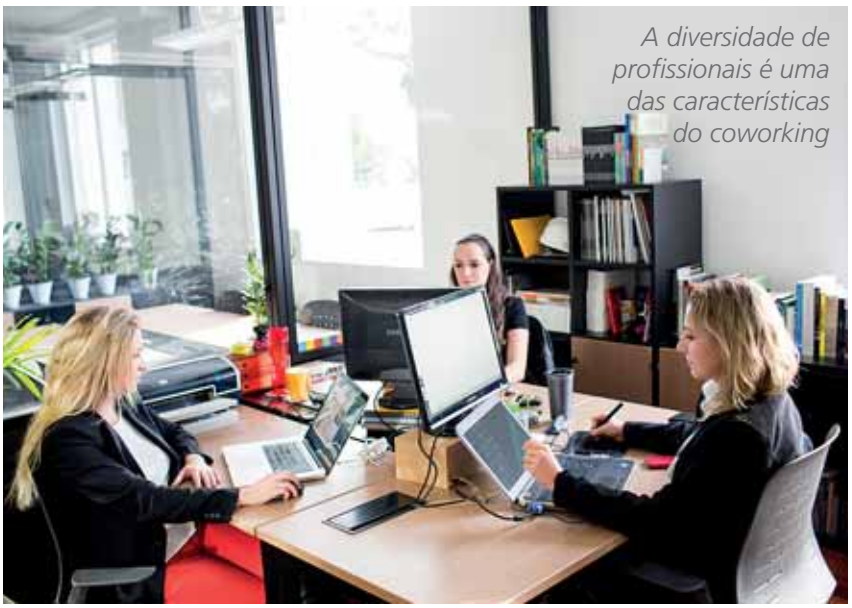
A expansão de oportunidades de negócios é hoje, de acordo com André Pegorer, um dos sócios da Nex, de Curitiba – o maior espaço compartilhado do Brasil –, o principal vetor que move o modelo. Em seguida, aponta o relacionamento entre os diversos profissionais que se utilizam desse serviço e o que chama de facilidades, ou seja, o fato de que com apenas um pagamento o inquilino é dispensado de gastos com aluguel, seguros, fiança, água, luz, telefone, internet e, principalmente, custos com pessoal.

Com apenas três anos de operação, a Nex investiu cerca de R$ 2,8 milhões em sua nova sede, inaugurada em julho no prédio histórico da antiga Sociedade Beneficente dos Operários do Batel. Com acesso 24 horas, o local tem 1,7 mil metros quadrados de área útil e oferece 74 posições de trabalho em área compartilhada, 41 estúdios privativos com capacidade entre duas e dez pessoas, seis salas de reunião, sala de coaching, cabines telefônicas e, ainda, um salão de eventos com capacidade para 60 lugares.

Para criar um ambiente acolhedor e propício para conexões, os sócios do Nex Coworking, André Pegorer e Guto de Lima, buscaram inspiração em modelos internacionais.

"O espaço do Nex veio para sanar a dor do isolamento profissional", avalia Pegorer. "O executivo que sai do home office ou do escritório em que trabalhava com três colegas poderá se relacionar com outros 240 profissionais de 120 empresas, fator que influencia diretamente no potencial criativo e de produtividade."

Já foi o tempo em que *coworking* era opção apenas para quem desejava cortar custos ou testar um novo empreendimento, acrescenta o executivo. "O objetivo central da proposta é criar uma comunidade de negócios, que se caracteriza pela colaboração, inovação e educação empreendedora."



A diversidade de profissionais é uma das características do coworking

Operam no Nex Batel escritórios de advocacia, consultores de laboratórios, coaches, arquitetos, designers, fotógrafos, franqueadoras de cervejaria gourmet e startups do ramo de TI. Também há uma diversidade de profissionais de outras nacionalidades, como argentinos, portugueses e suíços.

Com três anos de funcionamento em Curitiba e Cascavel (PR), o Nex inicia o seu projeto de expansão, que prevê seis novas unidades até o final de 2016. Com a nova sede no Batel, a expectativa dos sócios e de um grupo de investidores paranaenses é de que triplique o número de inquilinos e de oportunidades de novos negócios. Para os interessados, os planos de uso variam entre R$ 75,00 e R$ 9 mil – dependendo do pacote de horas e posições fixas ou móveis.

Modelo de escritórios proporciona o encontro social de um grupo de pessoas que trabalham de forma independente, mas que compartilham valores e estão interessadas na sinergia que pode acontecer entre profissionais talentosos

Nordeste, o norte e o centro-oeste mantêm lixões em 80% dos municípios

Brasil não consegue **acabar com os lixões**

Mais de 45% dos municípios não cumpriram as determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e podem ser multados em até R$ 50 milhões

Uma das questões ambientais mais urgentes do Brasil, a disposição adequada de resíduos sólidos em todos os municípios ainda está longe de ser alcançada. De acordo com levantamento do técnico do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) Albino Rodrigues Alvarez, 2.507 municípios (45%) não cumpriram com as determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada em 2010, que estabeleceu a data de 2 de agosto de 2014 para o fechamento dos lixões.

Do total, 2.243 municípios estão de acordo com a legislação (41%) e 815 (14%) usam aterros controlados, ou seja, um lixão remediado referido na legislação como inadequado. Esse quadro mostra que pelo número de municípios, 59% estão em situação irregular. Em volume de resíduos, a proporção de destinação de acordo com a lei representa em torno de 60%.

Custo

De outra parte, a distribuição regional é extremamente diferenciada. As regiões sul e sudeste têm entre 80% e 90% dos municípios com destinação adequada – Santa Catarina está próxima de erradicar lixões, enquanto o Rio Grande do Sul e São Paulo estão muito perto. O nordeste, o norte e o centro-oeste têm situação inversa, ou seja, 80% dos municípios ainda mantêm lixões.

Na avaliação de Alvarez, os recursos do governo federal reservados para a aplicação da legislação foram insuficientes. Ressalta que é preciso discutir questões mais estruturais ligadas ao tamanho de municípios. Isso porque um sistema adequado de coleta e dis-

posição de resíduos sólidos pode custar entre 5% e 10% – e, às vezes, até mais – de um orçamento municipal. "Quanto menor o município, maior o custo por tonelada, visto que o aterro sanitário é uma infraestrutura com ganhos de escala muito importantes e demanda maquinário, pessoal especializado e outros itens. Não funciona bem para municípios isolados", observa. "Além disso, uma vez implantada precisa ser mantida. Daí a importância de se criarem consórcios intermunicipais."

Alvarez, do Ipea: "Atuação do Ministério Público explica, em parte, o maior avanço na disposição adequada de resíduos no sul e no sudeste"

Obstáculos

Existem ainda outros obstáculos para atender à legislação, lembra Alvarez. "A pressão popular pela disposição adequada não costuma ser tão grande. Pela coleta sim, mas é difícil diferenciar lixão de aterro para quem mora longe do local. A lei pressiona, mas, a rigor, desde 1998 com a lei 6.605, dos crimes ambientais, já está claro que o lixão é ilegal."

Alvarez vê a atuação do Ministério Público como um fator que explica, em parte, o maior avanço na disposição adequada de resíduos no sul e no sudeste. Mas mesmo nessas regiões, repara que em poucos municípios continuam a existir lixões, o que mostra que os obstáculos não são triviais.

"De todo modo, há que se buscar estratégias especiais para os municípios de menos de 20 mil habitantes, por exemplo, que são a ampla maioria, e para algumas regiões como a Amazônia e o semiárido", ressalta. "É preciso também ser mais rigoroso com os municípios maiores, pois ainda há algumas capitais com lixões, como, por exemplo, Brasília, Belém, Campo Grande, São Luís, entre outras. Enfim, há que se tratar os desiguais de forma desigual."

Coleta

A seu ver, a lei, que "é ótima no papel, talvez tenha descurado um pouco dessa diferenciação de condições materiais e ambientais entre as diversas regiões, ou não tratou a questão com o peso devido".

A coleta seletiva, por exemplo, segundo Alvarez, é fundamental para potencializar a reciclagem, viabilizar a ação dos catadores em cooperativas, diminuir a quantidade de lixo que chega nos aterros. Entretanto, exige investimentos grandes, além de esbarrar na necessidade de alterações comportamentais, educação ambiental, que leva tempo para conseguir retorno. Iniciativas de Curitiba e Florianópolis, por exemplo, entre as mais antigas do Brasil, com 20 anos de exercício chegam a cerca de 20% de efetividade. "É um caminho longo e caro. Mas inescapável", sentencia.

Prazo não será estendido

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informou que o governo federal não estendeu o prazo, e as cidades que possuírem lixões poderão vir a sofrer punições, como multas de R$ 5 mil a R$ 50 milhões.

Segundo ela, a ampliação desse prazo ainda pode ser discutida no Congresso Nacional, mas só seria válido se o debate incluísse uma discussão ampliada sobre a Lei, levando em consideração a realidade de cada cidade.

"O governo apoia uma discussão ampliada sobre a Lei. Ampliar o prazo sem considerar todas as questões é insuficiente. Há uma diversidade de situações no país, não é só uma questão de tornar os recursos disponíveis, precisa trabalhar uma capacidade para os municípios darem respostas", afirma a ministra.

Reformas? É preciso **estabelecer prioridades**

Reformas, reformas e reformas. Para o Brasil crescer, as reformas são inevitáveis. A tese, nada original, é novamente repisada pelo economista Marcos Mendes em seu livro "Por que o Brasil cresce pouco?", lançado recentemente pela Editora Campus.

De acordo com o autor, é preciso, em uma sociedade democrática, encontrar políticas que ao mesmo tempo reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento econômico.

Mendes defende que é possível ter políticas que atuem nas duas direções. A primeira delas seria a reforma da Previdência Social, que, para ele, é altamente concentradora de renda, porque, apesar da grande parcela de benefícios pelo mínimo, existe outra parcela grande, com peso financeiro razoável, que não é de salário mínimo. Também há uma regra de pensões por morte muito benevolente, sem falar na previdência dos servidores públicos. Além de não se sustentar sozinha, conforme o economista, a Previdência bloqueia o crescimento porque absorve poupança da sociedade.

A segunda reforma seria na educação. Com ela, é possível aumentar a produtividade do trabalhador, a produtividade geral da economia e a igualdade de oportunidades, sustenta.

Mendes acredita ser possível uma reforma da educação no Brasil que diminua os custos do Estado com o ensino superior e se dedique ao ensino básico, em que a maioria da população pobre se encontra. No longo prazo, uma melhoria da qualidade da educação, segundo ele, vai possibilitar maior igualdade de oportunidades. Hoje, de acordo com seus cálculos, o país gasta cinco vezes mais com um aluno na universidade pública do que no ciclo fundamental.

A terceira reforma é na infraestrutura. A partir de novos investimentos no setor seria possível melhorar a qualidade de vida dos mais pobres e o funcionamento da economia, por meio de um transporte público mais eficiente nas grandes cidades e do saneamento básico, ressalta Mendes.

Como viabilizar essas reformas? Na opinião de Mendes, o governo tem tanta dificuldade para fazer reformas que é preciso estabelecer prioridades. Nenhum presidente eleito pode chegar ao governo com uma cesta enorme de reformas, porque o espaço político para fazê-las é muito pequeno. É preciso escolher aquelas que, ao mesmo tempo, tenham um impacto significativo sobre crescimento e redistribuição. De qualquer forma, é preciso transparência para deixar os custos claros para a sociedade ficar mais receptiva.

O autor relaciona ainda outros fatores que considera responsáveis pelo pouco crescimento do Brasil. São aqueles que reduzem a produtividade da economia e a taxa de investimento. A economia é muito fechada, não há poupança para investir, a infraestrutura é ruim, a população tem baixo nível de educação, as empresas pequenas são pouco produtivas. Existe ainda uma regulação feita para proteger grupos específicos e uma pressão sobre o gasto do Estado que leva ao aumento da carga tributária, que leva a um déficit, que leva a uma economia medíocre.

Obra do economista Marcos Mendes cita as reformas da Previdência Social, da educação e da infraestrutura como fundamentais para o Brasil retomar o crescimento econômico

POR QUE O BRASIL CRESCE POUCO?
Autor: Marcos Mendes
Gênero: Economia
Páginas: 272
Formato: 16 x 23 cm
Editora: Campus
Preço: R$ 59,90

Liderança é conversa fiada

Jerônimo Mendes*

Liderança é conversa fiada, afirmou Peter Drucker, o grande guru da administração, em sua última entrevista para a imprensa americana, pouco antes de partir, em 2005. Como se trata de alguém que dedicou a vida à administração, muita gente torceu o nariz, mas não se manifestou nem contra nem a favor.

É duro imaginar que, em pleno século 20, as pessoas ainda necessitem de "líderes" para comandá-las ou para ensinar o que eles mesmos não conseguem aprender em 30 anos de carreira, e que ainda tenhamos de utilizar exemplos de lideranças questionáveis como as de Hitler, Putin, Clinton e a do próprio Jack Welch.

Se você quer apenas conhecer as melhores práticas sobre liderança, aqui vão algumas lições que, raramente, são ensinadas nas escolas.

1. Liderança é uma forma de dominação social, mas o fato é que ninguém gosta de receber ordens; a maioria das pessoas se sujeita por uma questão pura e simples de necessidade ou de sobrevivência;

2. Para a maioria dos presidentes, diretores e gerentes, o melhor profissional sempre foi e sempre será aquele que não questiona e, principalmente, aquele que não tem a menor pretensão de ocupar o lugar do chefe;

3. Chefe é aquilo que você deseja ser, mas odeia ter; se você precisa de um chefe para se motivar, você está no lugar errado;

4. Os quatro mitos da liderança já foram quebrados por Robert Goffe e

Gareth Jones, pesquisadores do assunto: 1. nem todos podem ser líderes, alguns nem querem; 2. nem todos os líderes que chegam ao topo são líderes, alguns chegam por conchavo, conluio e outros métodos nada ortodoxos; 3. nem todos os líderes levam a resultados, caso contrário, o serviço público seria maravilhoso; e nem todos os líderes são grandes *coaches*;

5. Existem coisas da alta administração que nunca vão chegar ao chão de fábrica e vice-versa, portanto, não há razão para conspirar nos banheiros da empresa; alimentar expectativas em relação a isso é uma forma inquestionável de sofrimento;

6. A maioria dos profissionais que se dizem líderes tem dificuldades em reconhecer o bom trabalho dos seus liderados; portanto, se o reconhecimento não vier como o esperado, pare de reclamar e continue trabalhando;

7. Não existe liderança nata, mas algumas pessoas são favorecidas por características de comando e controle, fruto do meio onde nascem, crescem e se desenvolvem;

8. As empresas são realidades socialmente construídas muito mais nas cabeças e mentes de seus líderes do quem em métodos aprendidos nas escolas; as empresas refletem o pensamento do dono, do diretor, do chefe e assim por diante;

9. A maioria dos líderes não sabe dar nem absorver *feedback*, primeiro porque não foram preparados para isso, segundo porque tomam o próprio feedback como ofensa pessoal; quem não sabe avaliar, reposicionar e demitir pessoas nunca deve se meter em cargos de liderança;

10. Contrário ao que afirmava James Hunter, autor de O Monge e o Executivo, liderança não exige perdão, humildade, altruísmo nem nada parecido; liderança exige muita disposição para engolir sapos e lidar com gente dissimulada, uma boa dose de hipocrisia corporativa e, principalmente, desprendimento de alguns valores, caso contrário, você pode chegar até o topo, mas não conseguirá se manter nele.

Por fim, lembre-se, não existe formula para ser líder. A liderança é um somatório de várias competências raramente encontradas numa única pessoa, portanto, seja você mesmo, faça o melhor que puder e pratique o senso de justiça. Ter poder não lhe dá o direito de ser cruel nem de brincar com a vida das pessoas.

**Administrador, coach, escritor e professor universitário*

INCENTIVADOR OFICIAL DO
EMPREENDEDOR BRASILEIRO

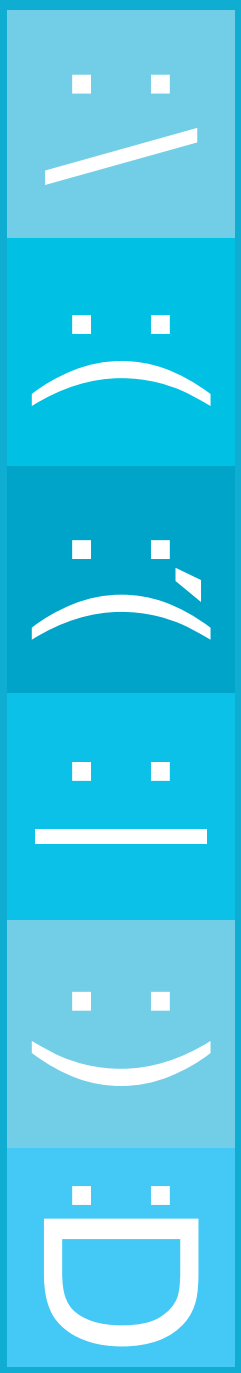
/sebrae @sebrae

FUTEBOL É COM O TITE.
PEQUENOS NEGÓCIOS,
COM O SEBRAE.
Todos os dias, milhares de empreendedores entram em campo para buscar o sucesso nos seus negócios e o Sebrae existe para que suas chances de vitória sejam cada vez maiores.
Procure o Sebrae, especialistas em pequenos negócios.
0800 570 0800
SEBRAE
Especialistas em pequenos negócios | 0800 570 0800 | sebrae.com.br

nova/sb

www.ead.sebrae.com.br

Portal de Educação a Distância do Sebrae.
Empreendedorismo a qualquer hora e em qualquer lugar.
Vagas ilimitadas. Início imediato.



Como inovar?

fornecedores?

Concorrência?

Calma.

Acesse o portal
de educação A distância
do sebrae.

E o melhor de tudo: é grátis.

O portal de educação a distância do Sebrae inovou.
Agora com cursos durante o ano inteiro, vagas ilimitadas e início imediato. E ainda oferece tutores para esclarecer suas dúvidas.
Tudo prático, interativo e o melhor: gratuito.
Clique, aprenda e empreenda.

SEBRAE

Especialistas em pequenos negócios / 0800 570 0800 / sebrae.com.br